

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E COTIDIANO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM ALFENAS-MG

Production of space and daily life of Minha Casa Minha Vida program in Alfenas-MG

Clara Ribeiro Silva

Graduada e Mestre em Geografia pela UNIFAL-MG, Brasil

clara.silva@sou.unifal-mg.edu.br

Evânio dos Santos Branquinho

Docente da graduação e mestrado em Geografia da UNIFAL-MG, Brasil

evanio.branquinho@unifal-mg.edu.br

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 03.09.2023

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a reprodução socioespacial a partir das habitações de interesse social de dois empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, edificadas na periferia de Alfenas-MG. Apoiado na teoria da produção do espaço como instrumento da reprodução das relações sociais, busca-se apreender, a partir das percepções dos moradores, os conflitos e possibilidades presentes nas habitações planejadas e sua projeção nas relações cotidianas. Para isso, os procedimentos metodológicos estão ancorados na perspectiva qualitativa, na aplicação de entrevistas semiestruturadas, bem como a análise teórica dos principais referenciais acerca do tema. As percepções dos moradores nessas habitações possibilitaram compreender as aproximações e distanciamentos às diretrizes do Programa a partir das transformações e adaptações dos espaços concebidos pelo projeto. Os resultados evidenciam as diferentes adaptações do espaço da moradia, relacionadas aos aspectos de reprodução social, bem como à manifestação de ações solidárias, protagonizada pelas mulheres moradoras dos residenciais.

Palavras-chave: Habitação social, Produção do espaço, Cotidiano, Apropriação.

Abstract

The present work aims to analyze the socio-spatial reproduction from the social interest housing of two Minha Casa Minha Vida Program undertakings built on the outskirts of Alfenas-MG. Supported by the theory of the production of space as an instrument for the reproduction of social relations, the aim is to apprehend, based on residents' perceptions, the conflicts and possibilities present in planned housing and its projection in everyday relationships. For this, the methodological procedures are anchored in the qualitative perspective, in the application of semi-structured interviews, and the bibliographical research of the main theoretical references on the subject. The perceptions of the residents in these houses made it possible to understand the approximations and distances to the Program's guidelines based on the transformations and adaptations of the spaces conceived by the project. The results show the different adaptations of the housing space related to aspects of social reproduction and the manifestation of solidarity by women living in the housing estates.

Keywords: Social housing, Production of space, Daily life, Appropriation.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado no ano de 2009, pelo Governo Luís Inácio Lula da Silva, por um lado, representou avanços na participação de camadas sociais historicamente preteridas de financiamentos imobiliários, permitindo, por meio de suas faixas, a inclusão de famílias de zero a dez salários-mínimos para a aquisição da moradia própria, com a contratação de aproximadamente cinco milhões de unidades habitacionais em todo país.

Por outro, a adoção do programa, como um dos principais caminhos da política habitacional de interesse social na produção de moradia, representou uma política econômica de característica anticíclica no controle da crise econômica de 2008. Desta forma, o governo realizou a aplicação de 34 bilhões de reais dos recursos provindos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante sua primeira fase (2009-2011). Além do caráter econômico do programa, com o aquecimento do mercado imobiliário e da construção civil, foi responsável pela produção de moradias de baixa qualidade arquitetônica, localizados em áreas segregadas das cidades, com menor acesso à infraestrutura, serviços públicos, comércio, transporte, favorecendo os processos de expansão das áreas urbanas para a especulação imobiliária (ARANTES; FIX, 2009; AMORE *et al.*, 2015; CARDOSO *et al.*, 2017).

As discussões sobre os espaços concebido, vivido e percebido entre os dois residenciais do Minha Casa Minha Vida, modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para as famílias de baixa renda, enquadradas no Faixa 1, buscam expor as contradições e possibilidades a partir da implementação dos residenciais em Alfenas-MG. No presente estudo, evidencia-se as contradições envolvendo o concebido pelo Estado e as empresas construtoras, através de planos e projetos de intervenção urbanística, e o vivido e o percebido pelas classes sociais impactadas, especialmente as mais carentes, por essas intervenções e ao mesmo tempo como reagem a estas em seu cotidiano.

Enfoca-se as concepções da produção do espaço social relacionadas aos residenciais, apoiadas principalmente em Lefebvre (2013), as quais visam a superação de relações analíticas dicotômicas, ao elaborar a espacialidade numa tríade: *concebido*, *vivido* e *percebido*. As compreensões acerca da produção do espaço que envolvem diferentes agentes, como o Estado, as construtoras e os moradores, serão abordadas com base em discussões sobre a produção e a reprodução presentes na prática socioespacial dos conjuntos habitacionais, relacionadas à questão da re-produção das relações sociais por meio da programação do cotidiano (LEFEBVRE, 1991).

Para a estruturação das discussões apresentadas, o estudo é dividido em três momentos. O primeiro explana as principais análises sobre a produção social do espaço urbano, apresentando-se a tríade concebido, vivido e percebido, relacionando elementos sobre a produção habitacional de interesse social. Busca-se apontar, no segundo momento, os resultados da pesquisa nos residenciais, a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas sobre a percepção das relações de vizinhança e convívio; e por fim, algumas considerações relacionadas às observações durante o trabalho de campo sobre o uso e as possibilidades de organização coletiva, a partir das ações solidárias presentes nos residenciais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Adota-se o encaminhamento do método materialismo dialético como modo de compreensão histórica e concreta sobre os processos estabelecidos pela produção e das condições sociais, instaurando uma determinada relação entre sociedade e natureza, a da práxis humana (QUAINI, 2010). Paulo Netto (2011) salienta que o materialismo histórico dialético avança sobre a questão da *teoria* como forma de conhecimento. Compreendido este conhecimento do objeto, apreendendo sua *essência*, em que, por meio da teoria, o sujeito pesquisador realiza a reflexão da estrutura e dinâmica do objeto que pesquisa. “A teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)” (PAULO NETTO, 2011, p. 21). Assim, a teoria do conhecimento em Marx apresenta a relação do sujeito, do pesquisador, com o objeto (a sociedade burguesa) uma existência objetiva, real e efetiva, como modo de ser do real.

Atentando-se à compreensão dos espaços concebido, percebido e vivido nos cinco residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas-MG, empregou-se os seguintes procedimentos metodológicos a partir da problemática colocada: análise teórica dos principais pressupostos acerca da produção do espaço social e das habitações; o segundo procedimento consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas, totalizando 39 entre os dois residenciais em foco, representando cerca de 10% do total de Unidades Habitacionais (390), entre os meses de maio e julho de 2021. É importante salientar que as percepções dos moradores sobre os residenciais foram extraídas das questões abertas presentes nas entrevistas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alfenas-MG (CEP-UNIFAL).

Nesse sentido, buscou-se o método observacional participante sobre o cotidiano dos residenciais durante as visitas e aplicação das entrevistas, bem como em nossa participação e construção do Projeto Horta Terapia Comunitária em um dos residenciais.

As entrevistas semi-estruturadas possibilitaram a compreensão de forma mais aprofundada e subjetiva dos espaços habitacionais, enfocando o cotidiano das mulheres desde seu núcleo familiar nos aspectos da reprodução (trabalho produtivo e papel doméstico) e as percepções acerca das relações de vizinhança, violência de gênero, das organizações sociais “espontâneas” e organizadas. Foram selecionados alguns moradores de cada residencial, preferencialmente mulheres mães, chefes de família ou que possuam alguma relação solidária entre as famílias, tornando-se figuras de referência e lideranças em cada conjunto, por conferirem empenho pessoal em estabelecerem diálogos entre os diferentes grupos, na busca de amenizar ou buscar soluções de conflitos entre o particular e o coletivo, espaços e formas de convivência, referentes ao habitar nos conjuntos residenciais.

Além dos espaços dos residenciais, foram realizadas observações nas imediações do bairro, como a praça do Pinheirinho, a feira ao sábado na Av. João Januário Magalhães, os bares na Av. Jovino Fernandes Salles, rua Norte e rua Sul. Também ocorreram visitas nos apartamentos durante a aplicação das entrevistas, possibilitando observar as diferentes dinâmicas do núcleo familiar no espaço da unidade habitacional, constatando-se a presença de adaptações e comércio informal.

Como forma de exposição dos resultados, estes são apresentados e discutidos por meio de citação de trechos mais significativos das entrevistas, assim como a utilização de gráficos, tabelas, mapas e fotografias.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Sobre a teoria da produção do espaço social, Lefebvre (2013) avança nos seus fundamentos ao considerar as práticas espaciais projetadas “sobre o terreno”, em sua produção apoiada na divisão social do trabalho, a partir da qual discute as diferentes dimensões presentes no espaço. Objetivando a superação de relações analíticas e dicotômicas sobre o espaço, salienta a *linguagem tridimensional da produção do espaço*, como forma de compreensão da totalidade social, em dimensões ou processos dialeticamente interconectados (SCHMID, 2012). Assim, a compreensão sobre o espaço social, considerado um produto e uma condição das relações sociais, apoia-se nas três

dimensões da produção do espaço: *as representações do espaço, os espaços de representação e a prática espacial* (LEFEBVRE, 2013, p. 92).

De um modo geral, as *representações do espaço* vinculam-se às relações de produção impostas por uma ordem, o conhecimento, os signos e códigos, ou seja, a imagem do espaço e a forma que o define por meio de concepções, de planos, projetos etc. Os *espaços de representação* tratam-se da dimensão simbólica da produção do espaço, a qual expressa os simbolismos complexos da vida social, da significação que conecta o símbolo ao material. A *prática espacial* está associada à dimensão material das atividades e relações sociais, nas redes de interação e comunicação que conformam a vida cotidiana: os trajetos, a mobilidade, apresentando uma linguagem sintática, isto é, conectada às regras que determinam a relação entre os sujeitos. Assim, assumem o significado de interações que residem sobre uma base material determinada, com as atividades e as relações sociais da vida cotidiana.

A presente linguagem do espaço, a partir da dimensão dialética explanada por Lefebvre, possibilita reconhecer o espaço em seus processos de produção, tanto dos produtos, das coisas presentes no espaço, quanto à produção dos discursos e das simbologias. Com isso, o espaço deve ser observado enquanto globalidade, assim, deve-se evitar sua fragmentação e recortes analíticos sem sua restituição a uma totalidade: “De tal sorte que a produção e o produto se apresentam como dois aspectos inseparáveis e não como duas representações dissociadas” (LEFEBVRE, 2013, p. 96).

Lefebvre desenvolve sua teoria com base também nas contribuições da fenomenologia francesa para formular a *tríade dialética do homem*, buscando compreender ao mesmo tempo os aspectos sociais e do indivíduo para a teoria da produção do espaço. Desta maneira, combina-se o sujeito com a prática social que acontece não apenas de forma abstrata ou subjetiva, mas sim uma percepção que envolve uma materialidade produzida socialmente, mantendo, assim, seu ponto de vista materialista a partir da dialética. Por conseguinte, a *tríade dialética do homem*, integrando a fenomenologia, considera o espaço segundo as dimensões: *concebido, percebido e vivido* (SCHMID, 2012).

O *espaço concebido* evoca a forma pensada, planejada, envolvendo diferentes âmbitos que se projetam como dominantes, a exemplo do conhecimento, o poder, a ideologia, o Estado, o qual é responsável por definir o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas. Desta forma, associa-se à linguagem das representações do espaço que expressa uma ordem, um signo, uma forma (LEFEBVRE, 2013).

O *espaço percebido* relaciona-se com a percepção dos sujeitos, combinada com a prática espacial e é vinculado à realidade cotidiana urbana. A percepção ocorre não apenas no âmbito do pensamento dos sujeitos, mas também baseada na materialidade concreta e produzida. Assim, associa-se diretamente com a materialidade dos elementos que constituem os espaços (LEFEBVRE, 2013).

O *espaço vivido* concerne à experiência vivida pelos sujeitos nos espaços de representação da vida cotidiana. Compreende-se o espaço vivido no campo do residual de maior complexidade analítica; trata-se do espaço imaginário, dos símbolos, dos sonhos, da arte, do místico, do corpo, na relação entre o sujeito e o mundo, das potencialidades, do possível, dentro de uma existência material e da realidade especial (LEFEBVRE, 2013).

Para indicar as contradições entre essas dimensões fenomenológicas e as habitações de interesse social, é importante considerar algumas perspectivas associadas à habitação: o habitar e *habitat*. A partir da criação dos conjuntos habitacionais na França durante o período pós-guerra, Lefebvre (2001, p. 26) considera que o projeto de fornecer moradias por um menor custo e tempo é marcado por características funcionais e abstratas, levando o conceito do *habitat* à sua forma pura pela burocracia estatal sobre a produção dos conjuntos habitacionais que seguem a lógica racionalista. Por conseguinte, os grandes conjuntos estabelecem a redução do habitar ao impor o *habitat*:

Concebem o *habitat*. Até então, o “habitar” era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela deixava habitar, permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem. É assim que “os mortais habitam quando salvam a terra, quando esperam os Deuses... quando conduzem seu ser próprio na preservação e no uso...” [...] Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de *habitat*, o proletário deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 2001, p. 24-25).

A criação dos conjuntos habitacionais nos subúrbios representa a atrofia do habitar, tanto no distanciamento e da vivência nas cidades, quanto aos aspectos subjetivos e concretos da possibilidade da obra. As habitações aos operários, sobretudo a partir das urgências do pós-guerra, com a expansão das cidades, apresentam as concepções do planejamento e da lógica do espaço racional, com intencionalidades à dominação, sujeitando as pessoas dos grandes conjuntos a instalarem-se na “*lógica do habitat*” (LEFEBVRE, 2001, p. 27).

Nesse sentido, o conjunto habitacional ao ser implementado, precariamente integrado à cidade, representa diretamente as relações de dominação e da programação da vida e

do cotidiano, o qual não permite uma *apropriação* plena dos espaços, geradora de uma identidade ao lugar:

O urbano, não pensado como tal, mas atacado de frente e de través, corroído, roído, perdeu os traços e as características da obra, da apropriação. Apenas as coações se projetam sobre a prática, num estado de deslocação permanente. Do lado da habitação, a decupagem e a disposição da vida cotidiana, [...]. A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os “habitantes”) se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não têm mais importância (LEFEBVRE, 2001, p. 83).

A partir destas discussões sobre o espaço urbano e as suas relações de produção e reprodução no capitalismo, bem como o espaço das interações sociais, como é possível situá-las no atual momento tecendo análises sobre processos que ainda estão em movimento? Para isso, inicialmente, discute-se algumas questões que dizem respeito às contradições materiais e sociais produzidas no espaço urbano. Assim, opta-se em apresentar algumas formulações teóricas sobre a segregação e a fragmentação do urbano, a partir das relações de valor de uso e valor de troca, sendo atribuído ao espaço o problema da mercadoria, por meio do qual se identifica questões habitacionais e do direito à cidade.

A fim de apreender a sociedade urbana relacionada à habitação, a segregação socioespacial constitui importante categoria de análise para as discussões sobre expansão urbana e habitação. Sendo o espaço geográfico produto, meio e condição para a reprodução das relações de produção em sentido amplo (CARLOS, 1999, p. 63), recorre-se a outros autores que dialogam e se apropriam das discussões de Lefebvre em suas diferentes obras, sobretudo, nos termos relacionados aos desdobramentos da produção do espaço urbano pelo capitalismo e suas contradições. Carlos (2013, p. 96) aponta que a estruturação da sociedade capitalista apresenta em seu processo de produção do espaço as contradições por meio do próprio ato de produzir, envolvendo as questões da produção social (criação, realização do ser social) e de sua apropriação privada (o espaço como mercadoria).

No âmbito da produção do espaço na condição de mercadoria, sua linguagem, códigos e signos representam uma dominação, um poder, capaz de organizar e planejar as paisagens, as relações humanas, o que é produzido e consumido. No caso brasileiro, do Sul de Minas e de Alfenas, quais são as associações entre o urbano e a reprodução das relações de produção na sociedade capitalista? Como interpretar essas vinculações a partir do objeto de pesquisa e os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida?

Nesse aspecto, podem ser analisadas as representações das complexas interações entre a função, forma e estrutura. “O Estado e a Empresa procuram se apoderar das funções urbanas, assumi-las e assegurá-las ao destruir a forma do urbano” (LEFEBVRE, 2001, p. 99). Estes conflitos se relacionam diretamente às práticas sociais, quando grupos e sujeitos são incluídos e excluídos do acesso e consumo do urbano, do espaço, compreendido como mercadoria. E “no plano da produção do espaço urbano, portanto, a segregação aparece como forma lógica” (CARLOS, 2013, p. 97).

Carlos (2013) observa que a segregação é o desdobramento destas contradições que são produzidas pelo urbano, relacionadas às condições de valor de troca, condicionadas e submetidas às dinâmicas da valorização imobiliária. Mas os aspectos da vida humana, das necessidades sociais e biológicas, o lugar da vida no urbano, também apresentam os aspectos do valor de uso. Assim, diante das relações e condições capitalistas, a terra e a moradia se imbricam na contradição entre o valor de uso e o valor de troca, quando o espaço se torna um produto, uma mercadoria vendida, trocada, especulada, projetada num terreno a ser valorizado.

Sobre as contradições entre a valorização capitalista e a questão da moradia. Corrêa (1989) ressalta que a formação do espaço urbano ou a organização espacial deve ser apreendida segundo um “conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si”, sendo atribuídas diferentes atividades, como comerciais, localização central, indústria, áreas de lazer e de reserva para futura expansão, sendo este espaço simultaneamente articulado e fragmentado diante das relações espaciais no urbano.

Um dos movimentos para a criação de novas áreas urbanas são as possíveis expansões dos espaços até então considerados rurais, aumentando as delimitações do urbano no município. A esta futura área de avanço do urbano e da valorização da terra corresponde novas delimitações frente às legislações urbanísticas, movimento este possível a partir das decisões, orientação e respaldo do poder público, aliado aos interesses de agentes privados num jogo de trocas políticas e econômicas.

Nesse aspecto, as relações econômicas presentes nos atos de compra e venda de habitações, terrenos e áreas comerciais, que também envolvem os valores de uso, fazem parte da lógica do mercado especulativo, alinhado pelas decisões políticas locais e regionais na produção do urbano, como o zoneamento, a infraestrutura, saneamento, equipamentos públicos e de lazer. A partir das relações de classes e de um poder aquisitivo para produção e consumo destas moradias, é possível relacionar que as famílias de menor renda e de um menor e distinto acesso aos equipamentos públicos, serviços e áreas de

lazer estão sujeitas a maiores distâncias e locomoções mais precárias entre moradia, trabalho e lazer, revelando assim a fragmentação do urbano nos momentos correspondentes às relações de reprodução da vida.

Desta forma, o duplo movimento de articulação e fragmentação examinado por Corrêa (1989) sobre o espaço urbano, associa-se, no campo da geografia urbana, à segregação. Caldeira (2000, p. 211) afirma que a segregação socioespacial se refere às regras de organização do espaço urbano que determinam a diferenciação. Revela os princípios que estruturam a vida urbana, indicando as inter-relações dos grupos sociais no espaço.

Para Carlos (2001), os fatores que ditam a valorização imobiliária têm como ponto de partida a localização do terreno, o acesso a locais considerados privilegiados (escolas, *shopping*, hospitais, praças, comércio, etc.) e a infraestrutura (água, luz, esgoto, asfalto, ponto de ônibus, iluminação pública, etc.). Muito embora esta argumentação considere as segregações relacionadas aos valores de troca e à presença/ausência de infraestruturas, torna-se necessário realizar análises entre o global e local, fugindo das generalizações sobre os aspectos da segregação, principalmente quando relacionados de forma direta ao objeto de pesquisa. Aqui, faz-se a relação do uso e acesso aos equipamentos públicos, locais de trabalho, a ausência ou presença de áreas de lazer próximas das localidades dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas:

Os condomínios voltados às frações populares e às frações inferiores da classe média constituem o motor principal da reprodução imobiliária e financeira, forjando novos espaços a partir dos quais se repõe um cotidiano desigual, e que formam, em seu conjunto, uma nova fronteira, frente, franja de valorização/capitalização imobiliária [...] como nas diversas regiões metropolitanas e também em outras cidades (VOLOCHKO, 2011, p. 235).

A relação entre dominação e apropriação destas moradias conduzem discussões acerca do espaço concebido e as práticas sociais do vivido. Com relação aos apontamentos de Martins (1999) sobre as formas concebidas e possibilidades vividas pelos moradores no interior dos conjuntos habitacionais do BNH, produzidos entre as décadas de 1960 e 1980, inicialmente abordam algumas percepções sobre a promoção da política urbana pelo Estado em consonância com os propósitos da reprodução das relações de produção. As habitações expressam o novo modo de acumulação capitalista que não é apenas atribuído a uma unidade central do “sistema” produtivo, mas também, à cidade, ela mesma, seu sentido e finalidade. Assim, os conjuntos habitacionais representam a criação e recriação das bases de acumulação industrial.

A partir da lógica do espaço concebido das habitações, é imposto um “espaço homogenizado e padronizado ao qual a vida dos moradores deveria se submeter” (MARTINS, 1999, p. 167). Todavia, a racionalidade presente nos conjuntos não expressa o encerramento da vida/vivido nos conjuntos.

Seabra (1996) observa que a habitação social como espaço concebido determina e, de certa forma, em sua própria constituição, em um primeiro momento, aniquila ou reduz as diversidades para aqueles que habitam os residenciais a partir da racionalidade e das determinações institucionais presentes no Programa. Entretanto, por meio das práticas sociais, sobretudo, considerando os aspectos do espaço vivido, são exercidas as vivências por diferentes grupos sociais como as crianças e idosos que reproduzem os aspectos do cotidiano, mas, inevitavelmente, suas diferentes formas de habitar num espaço produzido, apresentam ao mesmo tempo conflitos e mediações entre as formas de apropriação e propriedade. Assim, as práticas sociais, ou seja, o percebido, emergem nas relações cotidianas diante da lógica do espaço concebido e a partir do espaço vivido.

No contexto brasileiro das políticas habitacionais, as decisões do poder público municipal, como a escolha do terreno e sua localização distante das áreas centrais, a seleção dos moradores contemplados, a execução de estudos técnicos e de diagnóstico sobre o território, a construção nos moldes das empreiteiras e a aprovação pela Caixa Econômica Federal representam a lógica da dominação e do concebido, do valor de troca em detrimento do uso e do vivido.

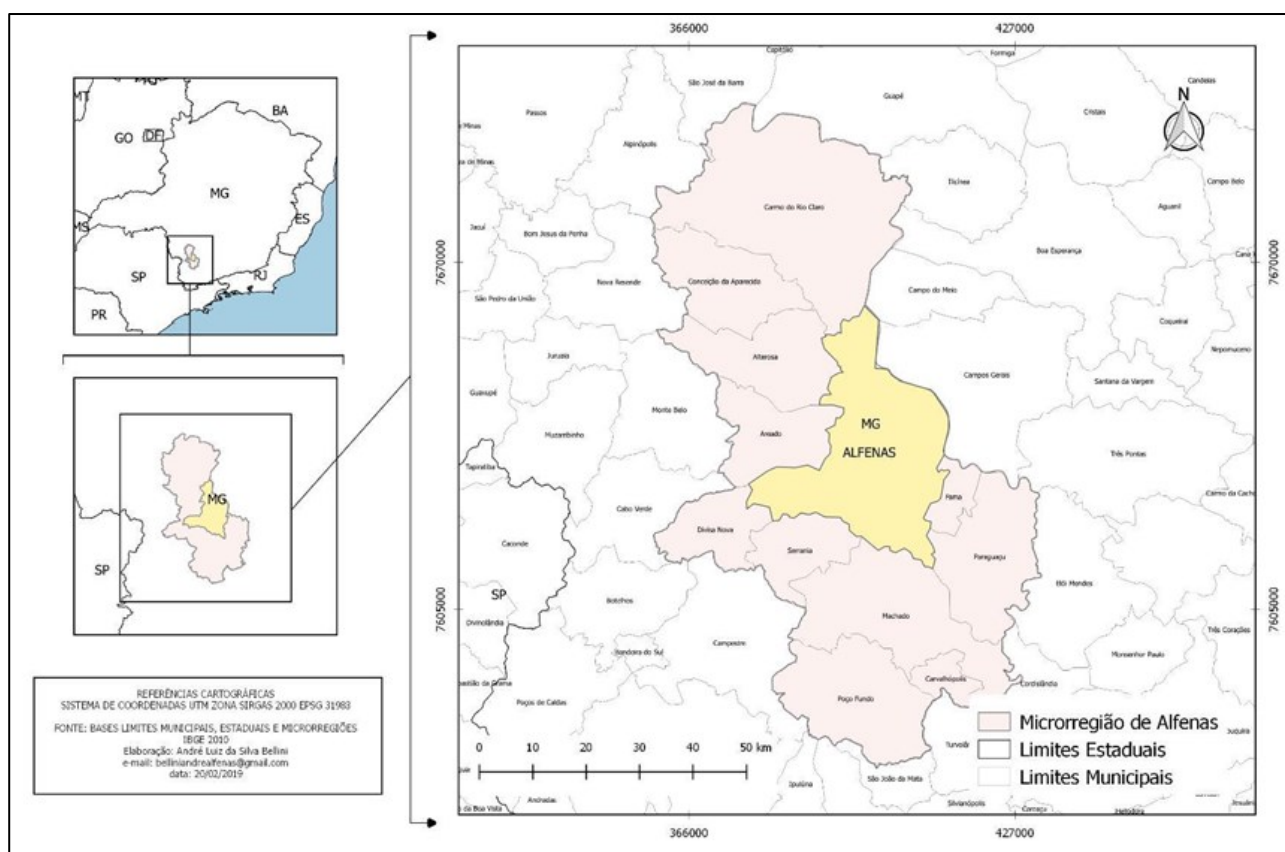
4. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM ALFENAS-MG

Com o propósito de contextualizar dois empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1 em Alfenas, associados à produção e reprodução do urbano, procura-se de um modo breve, fazer alguns apontamentos sobre os processos que promovem o crescimento urbano do município, associados aos fatores de estruturação regional.

O município de Alfenas apresenta uma população estimada de 80.973 habitantes (IBGE, 2021). De acordo com a “Divisão Regional do Brasil: Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias” (IBGE, 2017), o município está localizado na Região Geográfica Intermediária de Varginha e na Região Geográfica Imediata de Alfenas, sendo esta composta por 13 municípios² (Figura 1).

Alfenas apresenta centralidade comercial e de serviços entre os municípios limítrofes de menor porte e situa-se entre as áreas metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro

A partir da segunda metade do século XX, pode-se afirmar que as estratégias políticas e econômicas em escala nacional, a exemplo da adoção do Plano de Metas, representaram transformações que refletiram diretamente na reconfiguração das atividades e ocupação do espaço urbano e regional. A expansão da malha rodoviária e a instalação da usina hidrelétrica de Furnas na década de 1960 destacaram-se como fatores do crescimento dos setores industrial e dos serviços, do avanço da urbanização, como a abertura de novos loteamentos e a instalação de equipamentos públicos, sendo estes fatores responsáveis em dinamizar e caracterizar as novas atividades intra-urbanas em Alfenas.

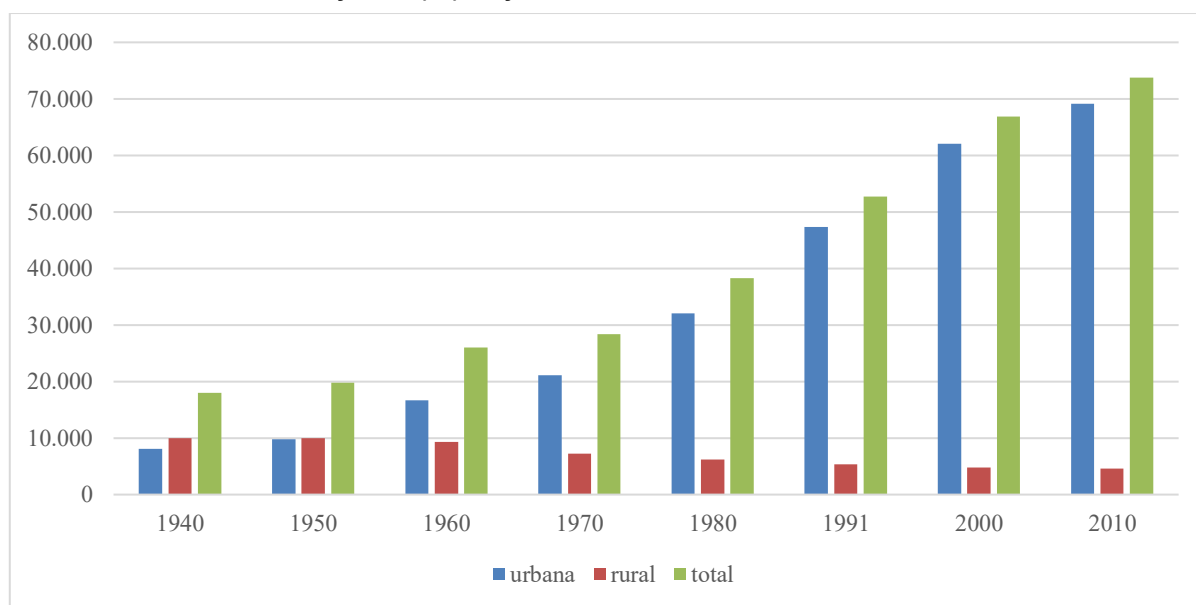


47

Na década de 1960, evidencia-se o crescimento demográfico e a expansão da área urbana de Alfenas, quando a população urbana supera a população rural, mantendo-se em crescimento contínuo nas décadas seguintes, ao passo que a rural diminui em termos absolutos (Gráfico 1).

A configuração do espaço intra-urbano em Alfenas foi transformada com a expansão do espaço periférico, onde foram implantadas as primeiras habitações de interesse social, o Conjunto Habitacional Vista Grande e o Conjunto Habitacional Governador Francelino Pereira I e II, do BNH, entre as décadas de 1960 e 1980. Em 2009, foram construídas as unidades habitacionais do Programa Crédito Solidário, que precedeu o Programa Minha Casa Minha Vida. Assim, serão abordados alguns aspectos relacionados à reestruturação do espaço urbano de Alfenas, com a distribuição das classes sociais, com implicações no processo de segregação, a partir das políticas habitacionais.

Gráfico 1 - Evolução da população rural e urbana em Alfenas entre 1940 e 2010.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: autores.

Em Alfenas, os residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, Modalidade FAR, representam um total de 1154 unidades habitacionais e foram entregues para as famílias com renda de zero até três salários-mínimos, correspondentes ao Faixa 1. As contratações dos residenciais ocorreram entre 2009 e 2018, com uma média de dois anos para a finalização e entrega das habitações. Os residenciais estão situados nas áreas norte e oeste, nos bairros Jardim São Carlos, Recreio Vale do Sol e Jardim São Paulo, locais associados ao processo da expansão periférica, em terrenos apresentando maior distância da área central (aproximadamente 4,0 km). Os residenciais então próximos dos Conjuntos

Habitacionais da COHAB Vista Grande e Pinheirinho, construídos nas décadas de 1960 e 1980, respectivamente (Figura 2).

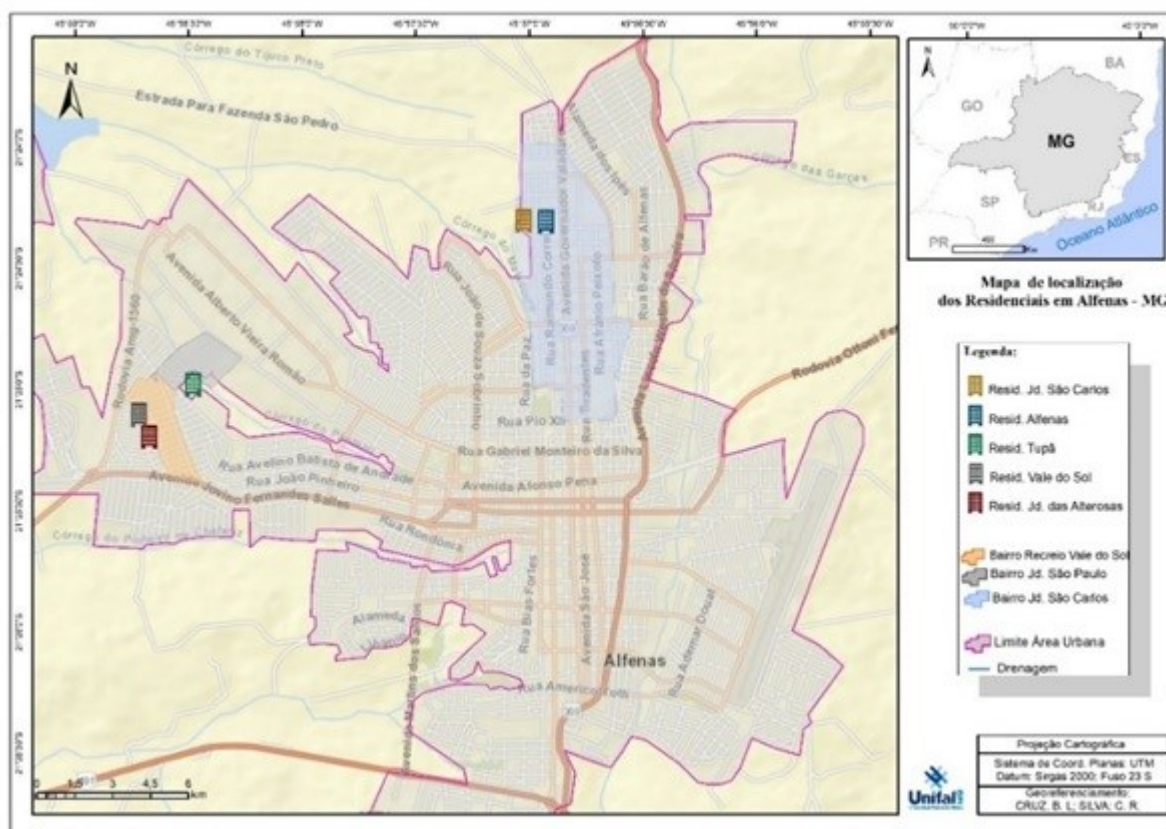


Figura 2 - Localização do Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas-MG.

Fonte: Malha Municipal IBGE 2010. Organização: os autores.

Sobre a localização dos empreendimentos, é possível observar o direcionamento para as zonas norte e oeste, assim como ocorreu a partir da década de 1960 com a implementação dos conjuntos da COHAB referidos. Ainda que estejam situados na área urbana, nota-se que a escolha dos terrenos para a construção dos residenciais está associada à expansão do tecido urbano e à instalação de infraestrutura nos locais citados.

O padrão periférico de inserção urbana dos empreendimentos do PMCMV alimenta a especulação imobiliária, uma vez que a conversão direta de terras rurais ou periurbanas em áreas urbanizadas promove uma rodada de valorização fundiária, inclusive dos terrenos vazios situados nos interstícios entre os loteamentos e malha urbana contínua, deixados por proprietários fundiários como reserva de terra à espera de valorização (LIMA *et al.*, 2015, p. 386).

A fim de exemplificar a conversão das áreas periurbanas em áreas urbanas, o primeiro residencial construído em 2011, o Jardim das Alterosas, evidencia o acelerado processo de expansão urbana na área lindeira ao empreendimento, no bairro Recreio Vale do Sol, situado nos limites da mancha urbana à época. A partir de 2015 é observada a chegada de

infraestrutura de novos loteamentos urbanos, como a abertura de ruas, pavimentação, instalação de saneamento básico e energia elétrica (Figura 3).



Figura 3 - Expansão do eixo oeste de Alfenas com a abertura de loteamentos próximos ao Residencial Jardim das Alterosas em 2015 **Fonte:** Branquinho (2021); (A): Vista do Residencial Jardim das Alterosas (2013); (B) Vista do Residencial Jardim das Alterosas e bairro Pinheirinho (2015).

Quanto às características funcionais das edificações, denominadas de habitação multifamiliar, verifica-se uma configuração padronizada dos cinco residenciais, tanto da área privada, quanto da área coletiva, diferenciando-se apenas em quantidade de unidades habitacionais e a projeção no terreno para a construção de espaços coletivos. Todos os cinco residenciais apresentam as seguintes instalações de áreas privadas e coletivas: média de 42 m² por unidades habitacionais, constituídas por sala, cozinha, área de serviço, 1 banheiro e 2 quartos; parte comum do residencial: pátio descoberto para estacionamento de veículos, centro comunitário, guarita agregada ao depósito de material de limpeza e depósito de lixo.

A implementação dos empreendimentos da modalidade FAR, ou seja, pelas empresas, é condicionada por determinações legais do Governo Federal, estabelecendo a existência de uma estruturação técnica e planejada que deve abranger desde diretrizes para elaboração dos projetos (Portaria nº 269, de 22 de março de 2017 do Ministério das Cidades), bem como a disposição das etapas de pré-construção até o pós-ocupação que envolvem os Projetos do Trabalho Técnico Social (Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018 do Ministério das Cidades).

O Residencial “Jd. das Alterosas” foi o primeiro empreendimento aprovado pela Caixa Econômica Federal, a partir do projeto da empresa BM Engenharia em 2009 e entregue em 2011. O Residencial está situado no bairro Recreio Vale do Sol. É organizado por 15 blocos, totalizando 240 UHs. O valor total da operação foi de aproximadamente R\$ 9 milhões e

cada unidade habitacional apresenta o valor de aproximadamente R\$ 40 mil. O segundo Residencial, “Vale do Sol”, contratado em 2011 e entregue para as famílias em 2013, também se situa no bairro Recreio Vale do Sol, ao lado do primeiro residencial. É organizado por 9 blocos, totalizando 150 UHs. O valor total da obra foi de R\$ 7,5 milhões, sendo o valor de cada UHs de R\$ 50 mil.

O segundo Residencial “Vale do Sol”, contratado em 2011 e entregue para as famílias em 2013, também está situado no bairro Recreio Vale do Sol, localizado ao lado do primeiro residencial. É organizado por 9 blocos, totalizando 150 UHs. O valor total da obra foi de R\$ 7,5 milhões, sendo o valor de cada UHs de R\$ 50 mil (Figura 4).



Figura 4 - Residenciais nos primeiros anos de entrega das unidades habitacionais. **Fonte:** BM Engenharia (2018). A: Salão comunitário Residencial Jd. das Alterosas; B: blocos 5, 6 e 7 Residencial Jd. das Alterosas; C: salão comunitário Residencial Vale do Sol e blocos 1 e 2; e D: blocos 6, 7 e 8 Residencial Vale do Sol. Org: SILVA (2022).

Além dessas áreas determinadas pelo projeto da BM Engenharia e aprovado pela CEF, posteriormente, a Prefeitura de Alfenas realizou algumas intervenções nas áreas comuns como forma de melhorias para as famílias no residencial. A primeira ocorreu no

ano de 2018, com a transformação do antigo depósito de lixo em uma cozinha comunitária. Apenas no Residencial Jd. das Alterosas foi criado um espaço para a implementação da horta comunitária em uma antiga área verde destinada à permeabilidade do solo e transformada em 2021 no Projeto Horta Terapia Comunitária. A segunda intervenção realizada pela prefeitura foi a criação de dois parques infantis, o primeiro ao lado da horta e o segundo parque adaptado em umas das ruas que separavam os residenciais.

O terceiro Residencial, “Alfenas”, está situado no bairro Jd. São Carlos e foi contratado no ano de 2011, sendo entregue para as famílias em 2013. É organizado por 15 blocos e apresenta 270 UHs. O valor da construção foi de R\$ 13,5 milhões, sendo o valor de cada UHs R\$ 50 mil. O quarto Residencial, “Jd. São Carlos”, localiza-se no mesmo bairro do terceiro empreendimento e foi contratado no ano de 2013 e entregue em 2015. Possui 11 blocos, contando com 194 UHs. O custo do empreendimento foi de R\$ 11,7 milhões, sendo que cada UHs apresenta o valor de R\$ 60 mil.

Por fim, o Residencial Tupã foi entregue no ano de 2020 e apresenta a divisão em 17 blocos, totalizando 300 UHs, representa a maior quantidade de unidades habitacionais entre os cinco residenciais. Ele está localizado no bairro Jd. São Paulo, próximo ao bairro Recreio Vale do Sol, na área noroeste do município. O valor total de operação do residencial foi de R\$ 22,5 milhões, onde cada UHs é de R\$ 75 mil. Na próxima seção, discute-se os espaços concebido e vivido a partir da percepção dos moradores sobre as habitações do PMCMV em Alfenas.

5. ESPAÇO E COTIDIANO NOS RESIDENCIAIS: CONFLITOS, PRIVATIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO

Neste tópico, apresenta-se as principais perspectivas dos moradores sobre as relações cotidianas que envolvem a convivência, os conflitos e possíveis caminhos para a integração nos residenciais Jardim das Alterosas e Vale do Sol.

Os resultados obtidos a respeito da percepção dos moradores sobre os residenciais possibilitaram compreender as relações cotidianas presentes nas práticas sociais, considerando os aspectos diretos e indiretos dos espaços concebidos dos empreendimentos. Desta forma, busca-se discutir as interações de maior ocorrência a partir das percepções gerais sobre o local que residem. A metodologia empregada nas entrevistas direcionou aos moradores questões abertas sobre as relações de convívio e de rotina; a relação da presença da Polícia Militar no residencial e, por fim, as melhorias desejadas nas habitações.

Os empreendimentos do PMCMV destinados às famílias de baixa renda preveem na etapa de pós-ocupação uma normatização, a fim de orientar e capacitar os moradores para a administração condominial, como idealização de um movimento contínuo participativo nos residenciais com a convocação de assembleias e estatuto para a eleição de síndico, bem como a arrecadação mensal destinada à organização do condomínio. Entretanto, as diretrizes estabelecidas pelo Programa preveem o desenvolvimento do trabalho social durante 12 meses, sendo demonstrado que os objetivos acerca da adoção desta prática não se tornaram satisfatórios entre os residenciais.

Observou-se conflitos associados ao convívio social nas habitações, como a questão da ausência de acordos diante da limpeza dos blocos e escadas, sendo possível associar os impasses à ausência de uma organização administrativa condominial, evidenciadas desde os primeiros estágios de pós-ocupação, bem como à ausência de uma organização coletiva ou comuns acordos que poderiam representar alternativas para uma melhor sociabilidade relacionados aos direitos e deveres dos moradores. Contudo, quaisquer organizações neste sentido exigem esforços e tomada de decisões, muitas vezes terceirizadas às empresas especializadas em administração condominial, que não solucionam os problemas, bem como da responsabilidade assumida por pessoas que se comprometem a exercer tais funções.

5.1. A questão da convivência nos Residenciais Jardim das Alterosas e Vale do Sol

Sobre o aspecto da relação de convívio entre as famílias em cada residencial, os participantes da pesquisa demonstraram, em sua maioria, uma relação razoável/estável. Além das respostas entre ótima, boa, razoável e ruim, foi possível constatar as seguintes percepções entre os moradores do Residencial Jardim das Alterosas:

“Eu gostaria de mais união, menos fofoca” (J., 20 anos);

“Aqui é cada um na sua e tá bom assim” (L., 31 anos);

“Aqui no bloco tem problemas com cachorro. Não adianta mais conversar. O apartamento da vizinha tem muito cachorro aí vem muita sujeira pra minha porta” (D., 33 anos);

“Aqui no meu bloco é bom” (R., 38 anos);

“Eu moro aqui há 10 anos e cada morador é na sua e as interações com os adultos são ruins. Na hora de ganhar, as pessoas aparecem. Já a limpeza coletiva, plantio de árvores não existe. Só Deus pra mudar, é muito difícil. Ninguém quer participar” (M., 44 anos);

“Aqui já teve mais problemas, muita briga e confusão das pessoas que chegaram de fora. As reuniões eram boas, só as pessoas que não” (G., 70 anos);

No Residencial Vale do Sol, constatou-se respostas semelhantes:

“Não é muito boa. Os vizinhos são enjoados” (R., 19 anos);

“Nós chega e entra [no apartamento]. Não tem relação” (L., 21 anos);

“Algumas relações são complicadas, ninguém é igual a ninguém. Tem muita briga de mãe com criança” (C., 39 anos);

“Cada um na sua e tá ótimo” (L., 40 anos);

“Só encontro nos corredores” (V., 54 anos);

“A relação é boa com certas pessoas. Eu fico mais na minha... mas tem o problema da luz nos corredores que os moradores não se unem pra resolver” (V., 58 anos).

De forma geral, a partir dos relatos dos moradores, é possível identificar conflitos relacionados ao espaço coletivo do residencial, como falta de limpeza, colocação de avisos próximos aos apartamentos que indicam insatisfação com o cuidado comum e a falta de luz nos corredores e escadas nos blocos, bem como vinculados à convivência, como a ausência de “união” na tomada de decisões e ocorrências de brigas e desavenças. Foi possível registrar algumas situações de convívio dos moradores entre os blocos dos dois residenciais, demonstrando algumas formas de relações por meio de avisos e desacordos (Figura 5).

Como forma de evidenciar estes desentendimentos, são recorrentes entre os residenciais, nos espaços dos apartamentos e dos corredores, certas modificações, práticas cotidianas e implementações de estruturas, que manifestam ao mesmo tempo transformações voltadas à busca do individual e da propriedade, em prejuízo das formas coletivas de uso destes espaços. Na maioria dos blocos, constatou-se a instalação de grades entre corredores, portas e bocais de lâmpadas, demonstrando a busca por privacidade e segurança entre os apartamentos, andares e pequenas áreas. É expressivo também a idealização, por meio de recados fixados nas paredes, a exigência de manter o espaço limpo e organizado.

Os espaços de livre circulação como os corredores, as escadas e vãos, demonstram, ao mesmo tempo, a busca pela expansão dos espaços privados, como a presença de móveis, bicicletas, roupas e varais, misturando-se seus usos. Ao mesmo tempo, é possível observar que grande parte dos moradores associam as relações entre os vizinhos como razoáveis e estáveis.



Figura 5 - A presença e ausência de comunicação e acordo nos blocos dos Residenciais Jardim das Alterosas e Vale do Sol. **Fonte:** SILVA (2022). (A) adesivo de proibido fumar; (B) possível desacordo da pintura no andar entre os moradores; (C) aviso fixado sobre a arrecadação da luz no bloco; (D) aviso fixado sobre manter os corredores e escadas limpos no bloco: “favor manter os corredores limpos organizados se vc (não) ajuda limpar pelo menos tenha o bom senso consciência para manter limpo (Lucas 10: 27) Deus abençoe todos”.

Entretanto, pode-se notar um distanciamento, individualismo ou até mesmo a busca por certa segurança diante dos conflitos implicados entre o próprio espaço concebido, ou seja, no espaço privado e suas proximidades físicas entre os apartamentos e do espaço

coletivo, das interações, como os corredores e escadas, como a instalação de grades (Figura 6), assim como da privatização das áreas comuns e de livre circulação.



Figura 6 - Instalações de grades entre corredores, andares e apartamentos nos Residenciais Jardim das Alterosas e Vale do Sol. **Fonte:** SILVA (2022). (A) e (B): grades e gaiolas para a proteção de fiações e bocal; (C), (D), (E), (F) e (H): instalação e colocação de grades/barreiras; (G) instalação de grade na porta.

Além da instalação de grades nas portas e entre andares e corredores nos blocos, correspondendo ao espaço privado e da propriedade, é possível observar a presença de outras apropriações deste mesmo espaço, como a improvisação e instalação de varais, plantas, brinquedos, móveis, instalação de água e tanquinho de lavar roupa, expandindo-se as relações privadas dos apartamentos para as áreas comuns. Desta forma, demonstra-se que o espaço concebido dos apartamentos, ou seja, sua metragem, tamanho e disposição dos cômodos, torna-se incompatível com as necessidades de reprodução da vida cotidiana, como a secagem das roupas da família, o local dos brinquedos ou bicicletas, assim como a instalação improvisada de uma área de serviço (Figura 7).

Os espaços de livre circulação, como os corredores, as escadas e vãos, demonstram, ao mesmo tempo, a busca pela expansão dos espaços privados, como a presença de móveis, bicicletas, roupas e varais, misturando-se seus usos.

Embora estas modificações não fossem apontadas como um incômodo para os moradores, considera-se uma prática de readequação do espaço concebido e racional estabelecido pelo projeto arquitetônico, ou seja, representa as apropriações dos

moradores, mas de uma forma individual. Nesse sentido, acerca dos conflitos e demandas existentes, é evidenciado que os residenciais, de forma geral, necessitam de uma certa organização condominial que poderia ser realizada por meio de iniciativas dos próprios moradores para o estabelecimento de regras e acordos comuns adequados às diferentes realidades sociais de cada residencial.



Figura 7 - Apropriação dos espaços coletivos pelas práticas individuais nos Residenciais Jardim das Alterosas e Vale do Sol. **Fonte:** SILVA (2022). (A), (B), (C) e (D): varais improvisados pelos moradores; (E) e (F): móveis, objetos e instalação de água para área de serviço improvisada.

Entretanto, as apropriações de caráter do uso coletivo, apontando para os possíveis e ao diverso da lógica segregativa, encontram-se no residual, em contraposição à depredação, aos conflitos e incômodos entre os moradores. E esta relação é diretamente associada a não adaptação ou a busca constante por modos de apropriação que podem estar associados às práticas sociais presentes nas habitações anteriores, como a vida em casas unifamiliares, a aproximação com a rua, com os vizinhos, a constituição identitária nos bairros, o tempo-espço que se diferencia das habitações multifamiliares concebidas pelo Programa.

5.2. A presença da *Polícia Militar* nos residenciais

Quando perguntado aos moradores sobre a questão da presença policial, os moradores do Residencial Jardim das Alterosas apresentam os seguintes relatos:

“Todo dia” (J., 25 anos)
“Passa por aqui” (J., 49 anos);
“Sempre. São muitas emoções (risos)” (J., 20 anos);
“Acho que frequenta pouco” (M., 45 anos);
“Passa muito. Todo dia” (S., 56 anos);
“Vem bastante” (S., 42 anos);
“Não. Deveria visitar mais” (L., 31 anos);
“Tinha que vir mais” (Y., 51 anos);
“Em 5 em 5 minutos (risos). Até agora pouco tinha uma viatura aqui” (W., 28 anos);
“Por causa de briga, já chamei a polícia. Mas os “irmão” achou problemático” (J., 36 anos);
“Passa quase todo dia” (S., 21 anos);
“Vem com muita frequência na madrugada” (W., 49 anos);
“Sim. Uma vez no começo da pandemia um homem apanhou na rua que agora é o parquinho. Alguns moradores tacaram pau e pedra na polícia, porque ele bateu na sola do pé do homem. Aí a comunidade foi pra cima, mas a polícia apontou a arma pra todo mundo. Ele ficou algemado no poste. Isso foi abuso” (M., 19 anos).

Observa-se que alguns moradores do Residencial Jardim das Alterosas enfatizam sobre a presença da Polícia Militar no espaço do empreendimento. É possível constatar que existem percepções diferentes, uma associada à segurança e que deveriam circular mais vezes; e outros percebem ser arbitrarias a ronda e a atuação, relatando casos de violência e abuso policial. De forma geral, não apenas nos residenciais, mas em áreas periféricas com atuação do tráfico de drogas, a presença policial é constante e muitos moradores, por receio de desavenças com este poder paralelo, não acionam a Polícia Militar em casos de brigas, violências, furtos e roubos. Neste caso, como observado no Residencial Jardim das Alterosas, os “irmãos” buscam resolver os problemas que envolvem os moradores, evitando a presença policial (Figura 8).

Os registros realizados tentam demonstrar a presença constante do aparato da Polícia Militar e Civil em diferentes momentos e períodos. Conforme relatado pelos moradores e a observação durante o trabalho de campo, é possível associar a presença da polícia para a realização de rondas com a tentativa de inibir a atuação do tráfico de drogas no local, mas este pode constituir também um pretexto para a ação arbitrária da polícia.



Figura 8 - Presença policial no Residencial Jardim das Alterosas
Fonte: SILVA (2022); (A) presença da Polícia Militar e da Guarda Civil na madrugada de 12/01/2022; (B) Polícia Militar em 12/02/2022; (C) Tático Móvel e Polícia Militar em 30/07/2021; (D) Tático Móvel da Polícia Militar em 26/12/2021; (E) Polícia Militar em 04/12/2021; (F) presença constante do tráfico em uma das áreas do residencial próximo à árvore.

Já no Residencial Vale do Sol, entre os 15 moradores participantes da pesquisa, afirmaram apenas “não”, ou seja, a polícia não patrulha o residencial com muita frequência. Já os demais moradores relatam as seguintes percepções:

“Eles têm vindo... tem uns 15 dias atrás” (V., 58 anos)
 “Sim, mas não resolve nada” (R., 43 anos);
 “Dá uma passada, mas não é com muita frequência” (L., 21 anos);
 “Muito. Já vieram por causa de violência doméstica” (A., 21 anos);
 “De vez aparece...” (R., 23 anos);
 “Muito pouco. Agora violência doméstica tem bastante” (C., 39 anos);
 “Todo dia, toda semana” (T., 24 anos).

No Residencial Vale do Sol, os moradores que relataram a presença da Polícia Militar afirmam que ela ocorre com menor frequência e a associam com o “dar uma passada” ou “não resolvem nada”. Outros relatam ser constante, associada à violência doméstica.

5.3. As melhorias desejadas pelos moradores

Por fim, sobre as melhorias e manutenções nos dois residenciais, os moradores demonstraram diferentes percepções sobre os aspectos relacionados à convivência, limpeza, pequenos reparos, instalação de luzes nos corredores e espaços adequados para os varais. No Residencial Alfenas foram apontadas as seguintes demandas:

- “Organização do povo que deveria ser mais unido” (J., 25 anos);
- “Cercar o lado de cima” (Jo., 49 anos);
- “Tudo. Principalmente as pessoas. Queria que fossem mais bondosas, ajudassem mais” (J., 20 anos).
- “Ter convívio social, reuniões” (M., 45 anos);
- “Poderia ter curso” (R., 38 anos);
- “Ter melhorias. Tiram luz, extintor e outros materiais” (S., 56 anos)
- “Os prédios tão bem judiados” (Sil., 42 anos);
- “Acabassem com as drogas e desse emprego pra esses jovens” (A., 70 anos);
- “Tirar essas ‘drogaiada’” (M., 48 anos);
- “Eu sempre comentava da lixeira, mas agora trocaram. Eu acho que deveria ter mais, porque tem muito lixo e não dá conta” (Si., 70 anos);
- “Segurança. Eu quero casa, não quero mais morar aqui. Não tem como estender roupa, muita bagunça, sujeira e falta luz no corredor” (L., 47 anos);
- “Queria que tivesse porteiro, arrumasse a luz no corredor, colocar portão” (Lú., 31 anos);
- “Mais recepção e transparência do povo, chegar junto. Tão muito atoa. Meu bloco tem muita baderna, cocô de cachorro no corredor, criança apertando campainha” (W., 28 anos);
- “Tem que melhorar a luz e os cachorros” (D., 33 anos);
- “Ter portaria, um espaço adequado para o varal, os cachorros, melhorar o lixo que enche demais” (Ja., 36 anos);
- “Melhorar o respeito das pessoas. Não respeitam os mais velhos e as crianças” (K., 27 anos);
- “Mais limpeza nos blocos” (M., 19 anos).

Em relação a essas demandas no Residencial Vale do Sol, os moradores relatam sobre a necessidade de limpeza e instalação de luzes nos corredores dos blocos. Também apontam como possíveis melhorias atividades culturais e de lazer para crianças e jovens. Como relata uma moradora, apenas a instalação de um parque infantil não garante o acesso ao lazer e brincadeiras, e que deveria haver mais união entre os moradores.

- “Luz no corredor, mais limpeza e tirar os cachorros que rasgam o lixo” (L., 40 anos);
- “Tudo normal. Eu queria mais emprego” (Lu., 43 anos);
- “Luz no corredor” (V., 58 anos);
- “Mais atividade para as crianças, arrumar o salão comunitário que tá abandonado” (R., 43 anos);
- “Luz nos corredores e pintura coletiva” (Lí., 21 anos);
- “Mais segurança, limpeza e troca das lixeiras” (Si., 34 anos);
- “Colocar lâmpadas, extintor, trocar as telhas quebradas” (V., 54 anos);
- “Tem que ter síndico, vigilância. Os moradores estragam tudo” (A., 21 anos);
- “Poderia ter um centro cultural aqui próximo” (R., 23 anos);
- “Deveria ser mais unido por conta das crianças. Só o parquinho não resolve” (T., 24 anos).

Devido à inexistência de uma administração condominial para a organização das demandas ou, até o momento, de lideranças que pudessem realizar iniciativas para o diálogo sobre os problemas comuns de barulho e perturbação, como a realização de reuniões entre os moradores, foram constatadas a existência de conflitos e insatisfações, sendo buscadas ações individuais para a resolução dos problemas, como a instalação de grades nos bocais de luz, a limpeza apenas da porta e do andar pelo morador, a instalação de grades na porta com a ausência de portaria no controle de entrada e saída.

Embora a busca de uma melhor forma de organização do convívio no residencial represente uma idealização no estabelecimento de regras e práticas sociais possíveis na vida condominial, ela em si não significa o alcance de uma maior conscientização coletiva sobre as compreensões de suas condições sociais e de luta dentro e fora dos residenciais, como as discussões acerca dos limites da habitação concebida, da implementação em áreas periféricas, do crescimento do desemprego entre os moradores, da violência e da ausência de espaços de lazer.

De acordo com a lógica do espaço concebido das habitações, é imposto um “espaço homogeneizado e padronizado, ao qual a vida dos moradores deveria se submeter” (MARTINS, 1999, p. 167). Todavia, as racionalidades presentes nos conjuntos não expressam o encerramento da vida/vivido nos conjuntos:

[...] é no interior dos conjuntos, que se dá o embate dos moradores por melhorias das condições existentes como possibilidade de romper a unilateralidade da forma e de como deveria ser a vida no conjunto. Há, nesse espaço, uma busca contínua de seus moradores por condições essenciais da vida urbana como: escola, transporte, telefones públicos, etc. Indicando que a vida que se constitui não se efetiva sem a participação dos moradores (...). Pode-se dizer que a partir da ausência e/ou da precariedade de funcionamento dos equipamentos urbanos existentes nos conjuntos que os moradores indicam suas lutas reivindicativas (...). Estes embates explicitam, portanto, que as condições existentes dadas pelo Estado ao conjunto habitacional não chegam a alcançar as condições de uma vida urbana a qual foi planejada (MARTINS, 1999, p. 169).

Desta forma, qual o ideal alcance de uma melhor adaptação ou organização do convívio? Revela-se que a promoção de espaços de diálogo, como assembleias e reuniões entre os moradores sobre as principais demandas, possibilita um maior aprofundamento e reconhecimento das relações cotidianas ou reprodução do cotidiano, como a busca por melhores adequações e apropriações de usos coletivos do espaço concebido a partir do espaço vivido. Assim, sustenta-se que a busca em si apenas por conciliações pode, ao mesmo tempo, representar o desejo ao individualismo e isolamento dos moradores, como aparece em diversas afirmações “cada um no seu quadrado, apartamento, canto”.

6. USOS E POSSIBILIDADES NAS HABITAÇÕES

A habitação social na condição de espaço concebido, em sua própria constituição e forma, reduz as diversidades para aqueles que convivem nos residenciais, a partir da racionalidade e das determinações institucionais presentes no PMCMV. Entretanto, por meio das práticas sociais e a constituição de referências no espaço vivido, são exercidas por diferentes grupos etários que reproduzem os aspectos do cotidiano e, inevitavelmente, suas diversas formas de residirem num espaço homogêneo, assim como conflitos e mediações indicam o processo contraditório entre apropriação (aqui no sentido de obra) e propriedade privada nas relações cotidianas. Assim, as práticas sociais, associadas ao espaço percebido, emergem diante da lógica do concebido, considerando o lugar e o cotidiano, podem constituir a abertura para o diferente, as possibilidades, os aspectos da transformação dos que habitam neste espaço enquanto irredutível às lógicas e estratégias da reprodução:

A mesma base tecnológica e econômica pode sugerir sociedades concretamente diferentes, pois não se faz tábula rasa das maneiras de viver, dos costumes, dos simbolismos de um povo de forma absoluta, por mais rigorosos que sejam os processos reprodutores envolvendo empresas e estratégias políticas. Podem-se definir como relações sociais não redutíveis às relações de produção nem às superestruturas políticas. São relações de solidariedade, de associação, no sentido de autogestão (DAMIANI, 1999, p. 162).

Procura-se nesse momento elaborar proposições que possam ser um fio condutor sobre os espaços dos residenciais com as perspectivas do cotidiano, a partir dos usos e apropriações coletivas do espaço, evidenciando as possibilidades a partir das observações realizadas entre os residenciais, por meio das entrevistas e do trabalho de campo. Observa-se que a rotina das mulheres enquanto mães, avós, filhas, esposas e viúvas, que realizam ações solidárias e comunitárias nos residenciais e que, de certa forma, representam aproximações do papel de lideranças comunitárias, evidenciam um potencial – ainda a ser trabalhado diante das limitações – de organização política e social, como a entrega do leite, do pão, das cestas básicas, na auto-organização frente às demandas dos residenciais e em situações de embates, que representam de forma intrínseca as relações de reprodução social das famílias.

Durante as visitas pela manhã, na realização do trabalho de campo, foi possível presenciar a entrega diária de pão, entre as segundas e sextas, e o leite, em dias variados, demonstrando uma maior presença de mulheres, crianças e idosos nas filas, sobretudo nos dias que correspondiam à entrega do leite. No residencial, a entrega é realizada organizada

por meio de uma funcionária da Prefeitura, coordenadora do Programa Cidade Escola e que conta com o trabalho voluntário de moradoras. De acordo com as observações realizadas no mês de junho de 2021, às 9 horas, foi possível constatar a entrega de 200 litros de leite (apenas nas segundas e quintas-feiras) e aproximadamente 400 pães (todos os dias), para cerca de 100 famílias

No período anterior à pandemia, o residencial realizava almoços comunitários, destinado às crianças, jovens e adultos participantes do Programa Cidade Escola, como oficinas de dança, teatro, xadrez, reforço escolar, crochê, artesanato, oferecidos nos núcleos, no caso dos residenciais, no salão comunitário. Desta forma, a cozinha adaptada era o espaço da realização de almoços e cafés/lanches para os participantes. Com a pandemia, as atividades foram suspensas e alguns integrantes do Programa e moradoras voluntárias assumiram a responsabilidade de entregar o leite e o pão, como um auxílio e ajuda da Prefeitura diante da pandemia e o aumento do desemprego. É possível considerar o aumento de famílias que procuram o auxílio de cestas básicas, leite e pão, complementares na alimentação (Figura 9).

As mulheres do Residencial Jardim das Alterosas que desempenham essas atividades orientadas pelo Programa Cidade Escola consideram uma tarefa necessária frente à realidade das famílias do residencial e tornaram muitas vezes o espaço de refúgio diante das atividades reprodutoras na esfera do lar. Essas ações puderam estabelecer amizades e vínculos afetivos entre elas, desabafarem sobre suas rotinas e, principalmente, buscarem a partir da festa, do encontro, uma forma de solidariedade e divertimento para as crianças.

Assim, o Programa, para além dos objetivos educacionais e culturais, proporcionou uma dinâmica nos residenciais que podem ser consideradas também assistencialistas diante da vulnerabilidade social das famílias de menor renda. Os aspectos do governo populista, de assistência mínima também se chocam em meio às contradições, no sentido da reprodução dessas ações, não estabelecem maiores reflexões e diálogos sobre suas próprias práticas.

Outro exemplo de relações de uso, de apropriação comum, é o espaço da Horta Terapia Comunitária no Residencial Jardim das Alterosas. A origem do espaço ocorreu em 2018, a partir da mobilização de um antigo morador do residencial e de sua condição de presidiário em regime semiaberto, sendo determinado pela juíza a prestação de serviços na comunidade, no caso, a horta. Com o apoio da Prefeitura, a mobilização para o novo

espaço ocorreu pelo trabalho de presidiários, que cumpriam na época serviços gerais, como limpeza urbana, orientados pela Secretaria Municipal de Obras (Figura 10).



Figura 9 - Realização de almoço e lanches pelo Programa Cidade Escola e moradoras voluntárias (2019). **Fonte:** SILVA (2022). (A) atividades para as crianças em julho de 2019; (B) e (C) festa julina no residencial; (D) café da tarde; (E) e (F) realização de almoço durante a formatura de capoeira em setembro de 2019.



Figura 10 - Multirões e atividades com as crianças no espaço da horta no ano de 2021. **Fonte:** SILVA (2022).

Argumenta-se que estas ações em si não solucionam os problemas concretos e complexos que atingem as famílias, como o desemprego, a insegurança alimentar, a ausência de espaços de lazer, a violência policial e do tráfico, entre outras desigualdades presentes na periferia. Entretanto, as práticas e usos dos espaços no residencial demonstram uma relação do uso além do valor de troca, como a solidariedade e a disposição das mulheres para essa organização. Assim, as possibilidades de organização se demonstram nas práticas cotidianas, por meio do afeto, do encontro, das relações de amizade que buscam ações coletivas para além das práticas individualistas e segregativas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições e limites presentes nas habitações do Programa Minha Casa Minha Vida, sobretudo o Faixa 1, modalidade FAR, não inauguram as discussões sobre o cotidiano e as contradições de reprodução do espaço, especialmente o periférico. A problemática destas habitações associadas à negação do urbano à classe trabalhadora alocada nos conjuntos é associada à política do Estado em proporcionar um laboratório de experimentações construtivas massivas e tecnológicas de moradia, buscando viabilizar soluções à crise habitacional com a abertura de um novo mercado imobiliário financeirizado voltado à classe média, onde as taxas de retorno são maiores.

É a partir desses referenciais que se procurou, por meio da análise do processo de expansão urbana e da periferização de Alfenas, situar o cotidiano proletarizado e precarizado dos moradores dos conjuntos habitacionais na cidade, assim como suas formas de resistência, visando à apropriação de um espaço diferente, em meio aos conflitos e possibilidades do espaço concebido e vivido.

Evidencia-se que esses moradores ainda estão lutando para se inserirem plenamente no cotidiano e no urbano, pois se trata de um cotidiano de extrema carência, ao mesmo tempo que ele vai se impondo nas privatizações dos espaços coletivos e práticas individualistas, por outro lado, abre o espaço para o diferente, os possíveis, em meio ao que foi concebido para eles, na reprodução dos espaços periféricos e pela ação contraditória do Estado, no assistencialismo deste, mas promovendo algumas ações que possibilitam certa organização coletiva dos moradores.

No “infra-cotidiano” em que eles vivem, nos limites da reprodução das relações sociais, porque quase tudo está por construir, em consequência, as contradições aí são intensas e tanto podem levar à busca de uma maior inserção num cotidiano em que eles

almejam o consumo e a propriedade, como mesmo de forma residual, à apropriação, ao diferente, à obra, como no exemplo da organização de uma horta comunitária.

O direito à cidade se coloca não apenas como o direito à infraestrutura e serviços coletivos que recaem apenas na esfera do consumo e do cotidiano programado, mas à própria restituição da cidade como obra, hoje segregada e fragmentada por diversas estratégias, assim como ao próprio direito de participar nos rumos da cidade e de sua utopia como sociabilidade e cidadania plenas.

REFERÊNCIAS

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 428p.

ARANTES, P. F.; FIX, M. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação.** Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. Observatório das metrópoles, 2009. 25p.

BRANQUINHO, E. S. (Org.). **A produção do espaço segregado em Alfenas-MG.** Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021. 326p.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros:** crimes, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000. 400p.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. **22 anos de política habitacional no Brasil:** da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. 34p.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A Cidade Contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CARLOS, A. F. A. **Espaço - tempo na metrópole.** São Paulo: Contexto. São Paulo, 2001. 372p.

CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. 208p.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989. 94p.

DAMIANI, A. L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 161-172.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 192p.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio.** España: Capitán Swing, 2013. 464p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001. 146p.

LIMA, J. J. *et al.* Estratégias de produção habitacional de interesse social através do PMCMC na Região Metropolitana de Belém e no sudeste do Pará. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.) **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 353-390.

MARTINS, M. F. A. Espaço e Política na Realidade dos Conjuntos Habitacionais. In: DAMIANI, Amélia Luiza *et al.* (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 132-171.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979. 160p.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89- 109, 2012.

SEABRA, O. C. L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71-86.

SILVA, C. R. **O Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas: entre o concebido e o vivido no cotidiano das habitações.** 2022. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022.

VOLOCHKO, D. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 03.09.2023